

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

PA Nº 118/2019

ATA DA 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Data da reunião: 16 de agosto de 2021

Horário: 8h30 às 12h

Modalidade: Reunião por Videoconferência

No dia 16 de agosto de 2021, às 8h30, reuniu-se, por videoconferência - em sala virtual Google Meet, o Comitê de Governança e Gestão Participativa – CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018. Estiveram presentes os seguintes membros do CGOV: Daniel Viana Júnior, Desembargador-Presidente e Coordenador do Comitê; Geraldo Rodrigues do Nascimento, Desembargador Vice-Presidente e Corregedor; Narayana Teixeira Hannas, Juíza do Trabalho Coordenadora do Comitê Gestor Regional da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Fernando Rosseto, Presidente da AMATRA XVIII; Gustavo da Costa Seixas, Secretário-Geral da Presidência; Cleber Pires Ferreira, Secretário-Geral Judiciário; Jorge Luis Machado, Secretário-Executivo da Ouvidoria; Marcelo Marques de Matos, Diretor da Secretaria da Corregedoria Regional; Álvaro Celso Bonfim Resende, Diretor-Geral; Robnaldo José Santos Alves, Secretário-Geral de Governança e Estratégia; Murilo de Barros Carneiro, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Ricardo Webster P. de Lucena, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Tiago Ranieri de Oliveira, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região; e Joelson da Conceição Lisboa, Presidente da ASJUSTEGO.

Justificadas as ausências do Dr. Fernando Mendes, que representaria a OAB; do Dr. Cleber Sales, Juiz de Cooperação; e da Dra. Iara Teixeira Rios, que foi representada pela servidora Keyla de Moraes Monteiro Fonseca. Registro a participação de: Anderson Abreu de Macedo, Chefe do Núcleo de Gestão da Informação e do Conhecimento; Augusto Claudino Dias, Chefe da Gerência de Precedentes e Jurisprudência; Diogo Felipe de Aguiar, Chefe da Gerência de Planejamento e Comunicação; Fernando Silva de Queiroz Barreto, Chefe da Gerência de Processos e Riscos; Flávia Ferreira Souza, Chefe da Gerência de Administração Orçamentária e Financeira; Flávia Ramos Queiroz Oliveira, Chefe de Serviço da Secretaria-Geral de Governança e Estratégia; Gabriela Brito de Castro, Chefe da Gerência de Saúde; Gustavo Melo Moraes, Chefe do Núcleo de Planejamento, Apoio e Contratação de TIC; João Hélio Martins Júnior, Chefe da Gerência de Planejamento e Projetos; Lara Cristina Nercessian de Barros, Chefe da Gerência de Responsabilidade Socioambiental; Lídia Barros Nercessian, Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social; Maísa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos; Marcos Balduino de Oliveira, Diretor da Secretaria de Auditoria Interna; Mateus Vargas Mendonça, Chefe do Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento de Pessoal; Rivadavia Borges Vianna, Assistente Administrativo da Gerência de Apoio à Governança de TIC; Tiago André de Freitas, Assessor da Presidência; e Wilane Carlos da Silva Massarani, Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação.

O Desembargador Vice-Presidente abriu a reunião e passou à discussão dos itens

constantes da pauta:

1) 2ª RAE de 2021:

1.1) Apresentação de resultados relativos aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico do TRT-18 2021-2026: o Secretário-Geral de Governança e Estratégia explicou que as Reuniões de Análise da Estratégia, doravante, considerarão a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e abordarão os objetivos estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico do TRT-18ª, tratando, além dos resultados dos indicadores e das metas (ano 2021), das iniciativas que estão sendo executadas para o atingimento dessas metas, dos planos táticos vinculados a esses objetivos, bem como das respectivas análises críticas e riscos percebidos. Em sequência, o Diretor da Divisão de Estatística, Pesquisa e Inovação apresentou o Mapa Estratégico do TRT 18ª e, junto aos demais gestores do Tribunal, realizaram as apresentações, conforme documento juntado às fls. 1103/1215 (doc. 393).

Faço o registro dos seguintes destaques (por objetivos estratégicos), com as consequentes deliberações:

→ *Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas:*

- no indicador “Tempo médio entre a publicação do acórdão de mérito do precedente e a decisão do processo em que a tese deveria ser aplicada”, o chefe da Gerência de Precedentes e Jurisprudência explicou que houve saneamento da base de dados do sistema Nugep (satélite do PJe) e aprimoramento do meio de extração dos respectivos dados. Diante dessa situação, a linha base e as metas para 2021-2026 necessitam de revisão e, dessa maneira, foram propostas, com média nos últimos quatro anos, **nova linha base de 136 dias e meta para 2021 de 100 dias, sendo que para os próximos anos haveria diminuição de cinco dias, até chegar ao número 75 em 2026. As propostas foram aprovadas;**

- houve sugestão de o indicador já citado ser apresentado com dados desmembrados para 1º e 2º graus, conforme já ocorre com outros. Para que isso seja viável, deverá ser desenvolvida melhoria no sistema respectivo, pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação. **As tratativas serão iniciadas de imediato e, assim que a implementação for possível, serão trazidos os dados nesses moldes para as próximas RAEs;**

- por ser um tema novo, ainda não existem iniciativas realizadas pelo Tribunal para o alcance das metas concernentes ao indicador multicitado. Nesse contexto, **foi levantada a hipótese de possível orientação, por parte da Corregedoria, aos juízes de 1º grau para que as suspensões ocorram após a instrução no 1º grau de jurisdição, ao que foi aceito pelo Desembargador-Corregedor, o qual sinalizou que será feita análise do que é viável quanto a tal medida. Além disso, será conduzida pela Presidência, junto aos desembargadores do Tribunal, a orientação de que haja uma triagem mais profunda do processo antes da suspensão, com análise de pressupostos extrínsecos e eventuais nulidades.**

→ *Promover o trabalho decente e a sustentabilidade:*

- tendo em vista que o alcance de bom “Índice de Desempenho de Sustentabilidade - IDS” deveu-se não apenas ao esforço do Tribunal, mas também à pandemia, o Desembargador-Presidente ponderou a possível dificuldade de alcance das metas propostas

quando essa situação finalizar, uma vez que o alcance em 2019 foi de 52,5% e a meta prevista para 2021 é de 65% (grande intervalo entre ambas). Nesse sentido, ficou definido que **novas propostas de metas para o Índice de Desenvolvimento Sustentabilidade serão discutidas na Comissão de Eficiência de Gastos e Logística Sustentável e posteriormente serão apresentadas ao CGOV.**

→ *Incrementar o modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional:*

● **o Plano de Contribuição de Gestão de Pessoas - COLABORA 2021/2023 foi aprovado na íntegra** conforme doc. 177 (fls.496/505) do PA 9414/2019.

→ *Aprimorar a governança de TIC e a proteção de dados:*

● devido às alterações trazidas pela nova Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) contará com vários anexos e iniciativas para o cumprimento da estratégia de TIC, quais sejam o Plano de Projetos de TIC, o Plano de Contratações de Soluções de TIC, a Proposta Orçamentária Prévia e o Plano Anual de Capacitação de TIC. **O PDTIC foi aprovado na íntegra**, conforme doc. 86 (fls. 105/128) do PA 14073/2020;

● em decorrência da pandemia, o Plano Anual de Capacitação de TIC (PACTIC) precisou ser alterado, passando a conter outros cursos telepresenciais e **as atualizações propostas para a versão 1.0 - conforme doc. 008, fls. 36/60, do PA 14696/2020 - foram aprovadas.**

1.2) Projetos institucionais, estratégicos e setoriais: foram apresentadas pelo chefe da Gerência de Planejamento e Projetos as situações dos projetos estratégicos, institucionais e setoriais do TRT 18ª (doc. 393, fls. 1207/1214). Neste ano, tem-se que a) no tocante aos projetos da gestão 2021/2023, três estão em andamento, um foi concluído, 11 ainda não foram iniciados e há outros a serem formalizados; b) dos 13 relativos à gestão 2019/2021, 10 estão em andamento, dois foram concluídos e um foi cancelado; e c) existem oito projetos não derivados do plano de gestão e, desses, sete estão em andamento e um foi concluído.

Sem mais discussões, a reunião foi encerrada às 12h25. Eu, Paula Rejane dos Santos Guimarães, Chefe do Setor de Apoio à Governança de Pessoas, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

PAULA REJANE DOS SANTOS GUIMARAES

CHEFE DE SETOR FC-3

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE

DIRETOR-GERAL CJ-4

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNANÇA CJ-4

RICARDO WEBSTER PEREIRA DE LUCENA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

GUSTAVO DA COSTA SEIXAS

SECRETARIO-GERAL DA PRESIDENCIA CJ-4

NARAYANA TEIXEIRA HANNAS

JUIZ TITULAR

JORGE LUIS MACHADO

SECRETÁRIO DA OUVIDORIA FC-6

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

MARCELO MARQUES DE MATOS

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

CLEBER PIRES FERREIRA

SECRETARIO-GERAL JUDICIARIO CJ-4

TIAGO RANIEIRI DE OLIVEIRA

GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

FERNANDO ROSSETTO

JUIZ SUBSTITUTO

Goiânia, 23 de agosto de 2021.

